

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

Potestad sancionatoria y facultad correctiva en la contratación administrativa en la República Argentina	
Fernando García Pullés	13
I Introducción.....	13
II Facultad correctiva y potestad sancionatoria	15
2.1 La pertenencia de la facultad correctiva y de la potestad sancionatoria	15
2.2 La concreción del ejercicio de la facultad o potestad de imponer sanciones en el acto administrativo.....	18
III Justificación de la diversidad – La cuestión en el Decreto 1.023/01 y su nueva reglamentación	20
IV La facultad correctiva, una verdadera facultad de sancionar otorgada a la Administración.....	25
V Las consecuencias de la pertenencia a uno u otro ámbito.....	26
5.1 El terreno general – Vinculación con los deberes generales de la Administración.....	26
5.2 El exceso de punición. Buena fe contractual e ilegitimidad	27
5.3 La finalidad de la potestad correctiva y de la potestad sancionatoria, su incidencia en el modo de ejercicio	28
5.4 ¿La convención es el límite de la facultad correctiva?	29
5.5 El tema del procedimiento previo y los descargos	30
5.6 La necesidad y el deber de resolver la sanción en tiempo adecuado	31
5.7 La potestad correctiva, oficialidad u oportunidad	31
Epílogo.....	33
La reforma de la Administración Pública local para la tutela de los derechos fundamentales en el siglo XXI	
Justo José Reyna	35
1 Introducción.....	36
2 Marco Teórico.....	37
2.1 La reforma de la Administración pública y los nuevos modelos de gestión pública.....	37
2.2 El método aplicable a las organizaciones administrativas	43
3 La situación de la República Argentina y el contexto internacional	45
4 El proceso iberoamericano para la transformación de la Administración Pública – El Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD).....	48
4.1 Documentos del CLAD.....	50
4.1.1 La Carta Iberoamericana de la Función Pública.....	52
4.1.2 Código Iberoamericano del Buen Gobierno	56
4.1.3 Carta Iberoamericana de Gobierno Electrónico.....	57
4.1.4 Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública	59
4.1.5 Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana en la Gestión Pública	62

4.1.6	La Carta Iberoamericana de los Derechos y Deberes del Ciudadano en relación con la Administración Pública.....	65
4.1.7	La Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI.....	67
4.1.8	La Transformación del Estado para el Desarrollo en Iberoamérica.....	74
4.2	El ordenamiento endonacional y los documentos del CLAD.....	76
4.2.1	En el ámbito nacional, los documentos del CLAD se desgranán en el ordenamiento interno por distintos conductos.....	77
4.3	La Administración Local. Las facultades concurrentes y la tutela del ciudadano. El espacio de intergubernabilidad obligatorio.....	79
4.3.1	La Administración Local.....	79
4.3.2	Las Facultades concurrentes y el espacio de intergubernabilidad obligatorio.....	81
5	La propuesta.....	82

La revocación de los contratos administrativos por razones de oportunidad, mérito y conveniencia – Alcance indemnizatorio

Juan Gustavo Corvalán, María de las Nieves Macchiavelli Agrelo, María Victoria Finn	91
Liminar.....	92
I Recepción normativa nacional.....	92
II Tesis existentes a la luz del criterio jurisprudencial de la CSJN.....	94
1 Tesis amplia.....	95
1.1 Criterios jurisprudenciales.....	95
2 Tesis restringida.....	97
2.1 Criterios jurisprudenciales.....	98
Conclusiones.....	99
Referencias.....	101

Regulação do exercício de atividade extracorporativa por policiais civis e militares

Sérgio Guerra, Fernando Leal	103
1 A dicotomia entre serviço público de segurança e a atividade econômica de segurança privada. Da competência constitucional sobre a matéria.....	105
2 Antecedentes sobre a atividade econômica de segurança privada no Brasil. Atual disciplinamento constitucional e legal no âmbito federal.....	108
3 Do exercício de atividades extracorporativas por servidores públicos policiais militares e civis. Um olhar para outros casos.....	110
3.1 Exercício de outras atividades por magistrados.....	111
3.2 A acumulação de cargos por membro do Ministério Público.....	113
4 Da vigilância privada realizada por servidores públicos militares e civis.....	115
5 Da manifestação do Poder Judiciário sobre a atuação dos policiais em atividades privadas. De um possível costume <i>contra legem</i> . Da interpretação à luz do sistema de direitos fundamentais e das máximas da razoabilidade e da proporcionalidade.....	118
Conclusões.....	123
Referências.....	124

Direito fundamental de acesso à informação

Ricardo Marcondes Martins	127
1 Direito ao acesso à informação e a teoria constitucional das restrições.....	127
2 Restrições ao acesso à informação.....	130
3 Conceito de informação.....	133
4 Segurança da sociedade e do Estado.....	135
5 Informações pessoais.....	137
6 Restrições legais ao acesso.....	139
7 Restrições regulamentares impróprias.....	142
Referências.....	145

Processos administrativos reivindicatórios de direitos sociais – Dever de decidir em prazo razoável vs. silêncio administrativo

Daniel Wunder Hachem	147
1 Considerações iniciais.....	147
2 O dever de decidir o processo administrativo em prazo <i>razoável</i> pode exigir uma resolução anterior ao prazo <i>legal</i>	148
3 Origens do silêncio administrativo e de seus efeitos negativos.....	154
4 O caráter patológico do silêncio administrativo e os prejuízos causados ao cidadão pela atribuição de efeitos negativos.....	156
5 A atribuição de efeitos positivos ao silêncio administrativo – Argumentos favoráveis e contrários.....	159
6 Processos administrativos reivindicatórios de direitos sociais e o silêncio administrativo – Uma proposta de reconhecimento de efeitos positivos.....	163
Referências.....	172

Escrevendo um romance por meio dos precedentes judiciais – Uma possibilidade de segurança jurídica para a jurisdição constitucional brasileira

Estefânia Maria de Queiroz Barboza	177
1 Introdução.....	177
2 Insegurança jurídica e imprevisibilidade das decisões judiciais no contexto brasileiro.....	178
2.1 O princípio da segurança jurídica.....	178
2.2 Insegurança jurídica no direito jurisprudencial brasileiro.....	182
2.3 Igualdade, uniformidade e irretroatividade.....	183
2.4 Insegurança jurídica e incoerência das decisões judiciais.....	186
3 Precedentes e integridade.....	188
4 O princípio da integridade na decisão judicial – Possibilidade de garantia da segurança jurídica no Brasil.....	192
4.1 Desafios para a jurisdição constitucional.....	194
4.2 O caso da união homoafetiva.....	195
5 Aproximação do processo civil ao sistema de precedentes.....	200
6 Considerações finais.....	204
Referências.....	206

A codificação do direito à informação na América Latina

Ricardo Perlingeiro	209
Introdução.....	209
1 Acesso à informação como direito humano fundamental.....	212
2 As garantias institucionais na implementação do direito de acesso à informação na Lei Modelo Interamericana de Acesso à Informação Pública.....	213
3 A contribuição de uma codificação para a concretização do acesso à informação.....	215
4 Vulnerabilidade nos códigos latino-americanos sobre acesso à informação.....	218
Considerações finais.....	223
Referências.....	225

A estrutura e o financiamento da pós-graduação no Brasil no contexto do desenvolvimento do serviço público de educação

Alexandre Godoy Dotta	229
1 Introdução.....	229
2 A institucionalização da pós-graduação e os Planos Nacionais para a Pós-Graduação (PNPG).....	232

3	A estrutura administrativo-financeira.....	237
4	Breve comparação entre as últimas gestões governamentais brasileiras.....	241
	Referências.....	244
	ÍNDICE.....	247
	ABSTRACTS.....	251
	INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	255